ISSN: 2358-8829

DA FORMAÇÃO À PRÁTICA: AS CONTRIBUIÇÕES DO PIBID PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Aracele Barbosa Gomes [1]
Maria Alcilene Vitória Batista Aires [2]

RESUMO

As discussões que permeiam esse trabalho objetivam problematizar sobre aspectos importantes a respeito do ensino de Sociologia ao longo da história educacional brasileira, refletindo acerca das diversas contribuições do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) para a formação inicial e continuada de professores/as de Sociologia. Esse Programa que é vinculado à Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério oportuniza um estreitamento nos diálogos sobre o ensino de Sociologia, as práticas pedagógicas e elaboração de novas ferramentas metodológicas entre os sujeitos que atuam na Educação Básica e as instituições de Ensino Superior. Para alcançarmos os objetivos propostos nesse trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e descritivo sobre o referido programa e o seu papel para a aprendizagem docente dos licenciandos, assim como os reflexos desse processo na construção da identidade de professores/pesquisadores e reflexivos no contexto de escolas públicas da rede estadual do cariri paraibano. Parte do referencial teórico utilizado nesse estudo estará baseado em: Vargas (2004), Tardif (2013) e Freire (1991). De modo geral, pode-se afirmar que esse programa constitui-se enquanto espaço de diálogo e aprendizados que viabiliza ampliar os conhecimentos para os sujeitos envolvidos, potencializando assim as reflexões sobre a Sociologia escolar.

Palavras-chave: Sociologia, Novo Ensino Médio, Formação docente, PIBID.

INTRODUÇÃO

Pensar a Sociologia enquanto componente curricular e o seu papel na Educação Básica nos educandários brasileiros, é vislumbrar um histórico de significativas lutas travadas no sentido de assegurar a sua consolidação, bem como a sua permanência no currículo educacional do Ensino Médio, sendo notório assim a condição de fragilidade na estrutura curricular a qual foi posta ao longo dos anos, o que demonstra um caráter de perseguição e retrocessos para o cenário político, social e educacional do nosso país, como destaca Vargas,

> Do ponto de vista histórico, uma das características fundamentais do ensino da Sociologia na educação básica brasileira é sua intermitência e descontinuidade. Períodos curtos e restritos de implantação da disciplina são intercalados por longos

[1] Professora da Educação Básica na Rede Estadual de Educação da Paraíba, na Escola Cidadã Integral Técnica Jornalista José Leal Ramos; Mestra pelo PROFSOCIO da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CDSA, alcilenevitoria@hotmail.com;
[2] Professora da Educação Básica na Rede Estadual de Educação da Paraíba, na Escola Cidadã Integral Técnica José Gonçalves de Queiroz; Mestra pelo PROFSOCIO da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CDSA;

> períodos de banimento e exclusão, principalmente durante o regime militar implantado em 1964. [...] Só no final do regime militar e com a redemocratização do país é que estas disciplinas retornam pouco a pouco aos currículos escolares, assim mesmo de forma restrita e localizada (VARGAS, 2004, p. 4).

Após décadas de intensas lutas em prol da efetivação do ensino da Sociologia no currículo escolar brasileiro, em 2008 é decretada e aprovada a Lei nº 11.684, esta que altera o Art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Com essa alteração, a Sociologia torna-se disciplina obrigatória na Educação Básica em todas as séries do Ensino Médio das escolas públicas do país. A partir daí, a Sociologia retoma espaço no currículo, passando a contribuir efetivamente com o processo formativo dos jovens brasileiros.

Porém, há menos de uma década essa história de lutas passa por mais um capítulo em virtude de novas mudanças no cenário educacional do nosso país, a saber: a aprovação da Lei nº 13.415/2017, responsável por mudar a organização desse nível de ensino, bem como, a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2018, e por último e não menos importante, a Reforma do Ensino Médio. Esta última, implementada de forma obrigatória nas escolas públicas de todo o país a partir do ano de 2022, embasada legalmente nas leis já mencionadas e que implica em uma série de mudanças na estrutura curricular vigente até então.

Essas mudanças no currículo do Ensino Médio têm propiciado ampliação de carga horária e consequentemente mais espaço para os itinerários formativos (parte diversificada do currículo), fato esse que acarreta uma maior fragilização de alguns componentes curriculares da BNCC, a exemplo da Sociologia.

Esse cenário de mudanças gera fragilidades no currículo escolar, e afeta diretamente os docentes da Sociologia, em diversos aspectos: o sentimento de instabilidade profissional, a marginalização da disciplina em relação aos demais componentes curriculares, a baixa carga horária, que resulta em questões como, a pouca atenção no tocante à distribuição dos horários das aulas (que muitas vezes são priorizados para as disciplinas que possuem um número maior de aulas) e a complementação da carga horária com outros componentes curriculares (aos quais muitas vezes não receberam formação para tal). Todos esses fatores acabam por diferenciar a Sociologia da maioria das demais disciplinas, e ocasiona uma descaracterização da prática docente.

Nessa perspectiva dos desafios enfrentados pelos professores de Sociologia, devemos mencionar a escassez de acesso a processos formativos, especialmente à formação continuada. Percebe-se a pouca oferta para esses profissionais, principalmente em relação as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, contempladas com formações contínuas, que vislumbram

ISSN: 2358-8829

especialmente os resultados nas avaliações externas. Tudo isso colabora para uma fragilização e até perda da identidade do professor de Sociologia. De acordo com, Freire (1991, p. 58) "Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática".

Nesse contexto, surge o PIBID, (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) que funciona como uma política pública formativa ao promover a inserção de licenciandos no cotidiano das escolas públicas, executado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Diante do exposto, objetiva-se com esse trabalho refletir acerca das contribuições propiciadas pelo PIBID, no tocante a integração e diálogo entre os níveis da educação básica e do ensino superior, tanto para os discentes dos cursos de licenciaturas como para os docentes, que atuam no Ensino Médio e assumem diante desse programa a função de supervisores.

Para a realização deste estudo, adotou-se a pesquisa exploratória por meio da análise documental e bibliográfica, buscando compreender a evolução das, já mencionadas, lutas pela garantia de permanência da Sociologia nos currículos escolares vivenciadas em nosso país nas últimas décadas.

Segundo Gil (2010), pode-se definir uma pesquisa como um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A partir disso foi realizado um levantamento das discussões acerca do Novo Ensino Médio, suas fragilidades e como o PIBID se apresenta enquanto potencialidade para formação docente.

As reflexões a respeito da implementação de políticas públicas educacionais e o seu desenvolvimento é muito importante e necessário devendo ser esse um processo contínuo de pesquisas, debates e investigações, uma vez que, permite deixar claro e (re)conhecer os esforços de várias gerações na busca incansável de tornar o conhecimento mais acessível.

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA

Diante do contexto relatado, marcado por lutas e desafios, é notório ser de fundamental importância que os profissionais os quais atuam ou que venham a atuar no ensino de Sociologia possam ter a oportunidade de participar de processos formativos. É certo que essa política de formação muitas vezes é negada pela própria instituição responsável para tal – os Estados, o que reforça a urgência da busca por políticas públicas dessa natureza. Essa negação se dar ao serem oferecidas formações precárias, aligeiradas, que pode contribuir para uma atuação

ISSN: 2358-8829

profissional limitada por parte do professor, distante das bases teóricas que possibilite um trabalho de qualidade.

O processo formativo docente é indispensável, tanto na formação inicial com foco na preparação para o mercado de trabalho, bem como, em relação à formação docente continuada, ela que se dá posteriormente a formação inicial, já que envolve os professores que já atuam em salas de aula. Dessa forma, o objetivo é o aprofundamento e atualização dos conhecimentos adquiridos inicialmente em termos de sua profissão, que pode se dar por meio de cursos de especialização, mestrado, ou mesmo através da participação em programas institucionais.

É importante destacar também que, alguns dos profissionais que atuam com a disciplina, não possuem formação específica e que o PIBID pode ser uma oportunidade de formação e aproximação com a área, pois muitos dos profissionais que atuam não possuem segunda licenciatura, e a Sociologia entra como um complemento de carga horária.

Concordando com Cunha,

> [...] a formação continuada refere-se a iniciativas instituídas no período que acompanha o tempo profissional dos professores. Pode ter formatos e duração diferenciados, assumindo a perspectiva da formação como processo. Tanto pode ter origem na iniciativa dos interessados como pode inserir-se em programas institucionais. Nesse caso, os sistemas de ensino, as universidades e as escolas são as principais agências mobilizadoras dessa formação (CUNHA,1989, p. 612).

Diante do mencionado cenário de defasagem no aspecto da formação docente pela qual passa tantos professores, e com o intuito de articular a teoria e a prática na escola, surge uma ação da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica que tem-se apresentado enquanto rica possibilidade de experiências no chão de algumas escolas brasileiras, a saber: o PIBID.

Esse programa educacional atua em duas importantes frentes já que tem como objetivos principais: propiciar formação que prepare os licenciandos, ou seja, futuros professores para as vivências da sala de aula e oportuniza a condição de estudos, pesquisas e produção de trabalhos pedagógicos e acadêmicos para aqueles que já estão no exercício dessa função nas escolas públicas, aliando assim teoria e prática. Segundo Tardif,

> Se assumirmos o postulado de que os professores são atores competentes, sujeitos ativos, deveremos admitir que a prática deles não é somente um espaço de aplicação de saberes provenientes da teoria, mas também um espaço de produção de saberes específicos oriundos dessa mesma prática [...]. Essa perspectiva equivale a fazer do professor – tal como o professor universitário ou o pesquisador da educação – um sujeito de conhecimento, um ator que desenvolve e possui sempre teorias, conhecimentos e saberes de sua própria ação (TARDIF, 2013, p. 254).

ISSN: 2358-8829

No âmbito da formação inicial o PIBID incentiva e proporciona aos licenciandos uma atividade de extensão além das que são desenvolvidas nas suas aulas na universidade, com a possibilidade de efetivar vivências práticas na educação básica, futuro campo de atuação quando estiverem graduados.

Introduzidos no ambiente escolar dos educandários de redes públicas de ensino, e consequentemente passando a fazer parte do cotidiano escolar, estes terão oportunidades de fazer parte do processo dinâmico da docência, de pensar a teoria e prática em sala de aula, bem como, desenvolverem novas metodologias de ensino que contribuam para melhoria da educação nessas escolas. Isso implica dizer que os licenciandos terão contato e experenciarão diferentes situações: as observações do espaço escolar e as interações que nela ocorre, o planejamento adequado para cada realidade observada e a prática docente através de atividades de regência que serão aplicadas em suas salas de atuação.

Nesse sentido, o contato com a prática docente no decorrer de sua formação poderá proporcionar ao discente uma maior liberdade de atuação e capacidade de criação, podendo ser ainda mais produtivo do que as práticas de estágios supervisionados (que muitas vezes, fica restrita a oferta de duas ou três disciplinas), tendo em vista que o PIBID oferece um suporte para o estudante na medida em que garante o acompanhamento do supervisor (professor/bolsista da escola de atuação) e do coordenador (professor/bolsista da universidade da qual ele é oriundo). Toda essa conjuntura de apoio auxilia o estudante do ponto de vista acadêmico e profissional.

Trataremos aqui especificamente dos licenciandos de Ciências Sociais/Sociologia. Essa área do conhecimento se preocupa em estimular no estudante a autonomia e o exercício da criticidade, fazendo com que estes desenvolvam habilidades de analisar e posicionar-se de forma reflexiva diante de questões sociais de sua realidade. Vale mencionar que esse programa formativo além das contribuições já citadas, proporciona ainda uma valorosa troca de experiências entre aluno/bolsista, professor/supervisor e, professor/coordenador, que consiste em significativos aprendizados através dessas trocas de experiências e diálogos.

Como bem diz Oliveira e Barbosa,

> Nessa esteira, existe uma preocupação de se estabelecer um vínculo mais horizontal entre os diferentes sujeitos participantes deste processo formativo, uma vez que tanto a Universidade como a escola pública são reconhecidas como espaços complementares e relevantes para tal formação. (OLIVEIRA; BARBOSA, 2013, p. 152).

A LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS E O PIBID

ISSN: 2358-8829

O contexto local específico do qual refere-se no presente texto e as vivências mencionadas nos remontam ao Cariri paraibano e as escolas as quais nos referimos, são de Ensino Médio da educação pública estadual da Paraíba.

O PIBID está ligado à Universidade Federal de Campina Grande, campus do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semi Árido (CDSA), o qual foi criado em 2009, no âmbito do Plano de Expansão Institucional da UFCG (PLANEXP), com o objetivo de democratizar o acesso à universidade, especialmente aos jovens de 18 a 24 anos. Este plano visava a ampliação do contingente de jovens no ensino superior, contribuindo para as metas do Plano Nacional de Educação.

Um dos cursos ofertados nessa instituição de ensino superior é o curso de licenciatura plena em Ciências Sociais que objetiva formar professores de Sociologia para a Educação Básica, proporcionando aos estudantes uma formação teórica e metodológica nas áreas que compõem este campo científico – a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia – e, ao mesmo tempo, habilitá-los para o trabalho interdisciplinar e multiprofissional, para que estes possam estabelecer relações produtivas com a pesquisa, docência e a prática social.

O egresso do Curso de Ciências Sociais poderá atuar como professor em instituições públicas e privadas de Educação Básica, especialmente do Ensino Médio, e estará preparado para ingressar em Cursos de Pós-Graduação, o que poderá habilitá-los a atuarem no Ensino Superior, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ele poderá atuar também em atividades de planejamento, consultoria, formação e assessoria junto a instituições e empresas públicas ou privadas, organizações não-governamentais e governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e setores similares.

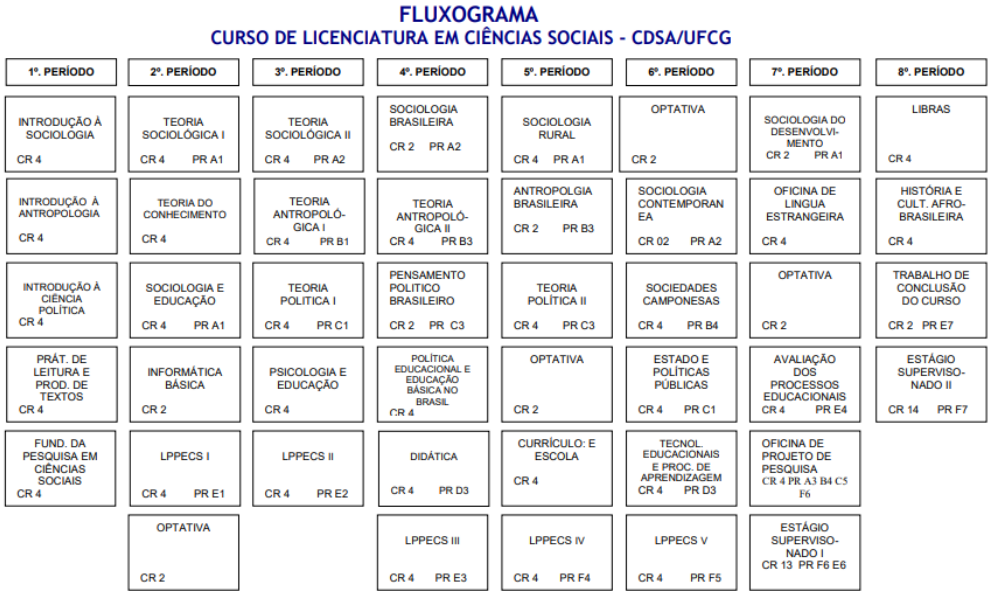


Imagem 1: Fluxograma do curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais do CDSA/UFCG.

ISSN: 2358-8829

O referido curso é ofertado no período noturno, com duração de quatro anos, divididos em oito períodos letivos, 197 créditos e 2.960 horas-aula. O curso em evidência apresenta o fluxograma representado na imagem acima, e uma questão nos chama bastante a atenção, é o número de disciplinas de Laboratórios (LPPECS I, LPPECS II, LPPECS III, LPPECS IV, LPPECS V) distribuídos ao longo dos períodos a serem cursados pelos estudantes.

Ao longo dos quatro anos de graduação desse curso de licenciatura têm-se a oportunidade de associar as suas atividades didáticas/práticas ocupando espaços de aprendizagem diferenciados, o ambiente da sala de aula e os laboratórios equipados e destinados exclusivamente para o curso de Ciências Sociais, onde os estudantes podem realizar atividades práticas acompanhadas pelo professores daquele componente curricular, e assim, planejarem atividades como planos de aula, prepararem e executarem aulas simuladas, realizarem pesquisas, estudos e análises de livros didáticos, elaboração de materiais didático/pedagógico, entre outras possibilidades.

Destarte, apesar da estrutura ofertada aos licenciandos em Ciências Sociais, incluindo as disciplinas de Laboratórios ofertadas no decorrer do curso que potencializa a formação do educando, algo só se torna possível através de programas como o PIBID, a saber, o convívio com a dinâmica do cotidiano escolar, as experiências do chão da escola, a iniciação à prática docente, onde realmente acontecem os desafios do ser professor.

Concordando com Oliveira e Barbosa,

> Neste diálogo, entre conhecimentos acadêmicos e conhecimentos experienciais, a profissão docente vai sendo tecida, costurada por um fluxo constante de trocas e partilhas, fios essenciais, em qualquer projeto de formação docente, tanto inicial quanto continuada. (OLIVEIRA; BARBOSA, 2013, p. 153).

Os ganhos que essa política formativa trás para os futuros profissionais do magistério, além dos já mencionados até aqui, é sem dúvidas, um futuro profissional bem mais seguro e instrumentalizado através de experiências práticas, na sua atuação docente/profissional.

AS CONTRIBUIÇÕES DO PIBID NA PRÁTICA DOCENTE

A continuidade da formação de professores da educação básica no nosso país não é um assunto recente, porém, nas últimas décadas acabou ganhando mais notoriedade, tornando-se uma das questões centrais no campo dos debates educacionais brasileiro. Data da década de 1990 o fato de a formação continuada passar a ser considerada enquanto uma necessidade e direito dos docentes para auxiliar na sua prática profissional (Alferes; Mainardes, 2011).

ISSN: 2358-8829

Nesse mesmo período, de acordo com o que regulamenta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a formação inicial, a formação continuada e a qualificação dos profissionais da educação devem ser promovidas pelos entes federativos, nesse sentido, eles devem propiciar programas de incentivo à educação continuada. Nesse sentido,

> [...] a formação continuada deve propiciar atualizações, aprofundamento das temáticas educacionais e apoia-se numa reflexão sobre a prática educativa, promovendo um processo constante de autoavaliação que oriente a construção contínua de competências profissionais. (BRASIL, 1999, p. 70).

No ano de 2000, um novo marco surge nesse aspecto, a formação continuada passa a ser pensada na perspectiva da participação em projetos de pesquisas sobre a prática profissional, o que constitui um ganho importante para os docentes. Segundo Freitas,

> [...] a ênfase na formação continuada de professores é fruto, portanto, tanto da pressão e da luta dos profissionais da área e dos movimentos sociais em geral, quanto da racionalidade econômica que reivindicam a eficiência do ensino público, haja vista as mudanças em curso no cenário global (Freitas, 2005, p. 35).

Nessa perspectiva, a formação continuada de acordo com a proposta do PIBID se configura enquanto possibilidade que instiga e impulsiona esses educadores a se manterem atualizados sobre as suas práticas pedagógicas, ativos em leituras teóricas e aproximados das novidades e dos principais debates, pesquisas e estudos, seja de maneira mais ampla, na área da educação, e de forma mais específica, às necessidades do contexto escolar. Assim, a prática docente pode ser experienciada enquanto um exercício diário que forma a nível pessoal e profissional e que não finda, pois esses precisam constantemente de conhecimento, teoria e novas práticas.

Dentre as contribuições que o PIBID tem oferecido ao longo desses anos (desde 2007), podemos citar outros significativos benefícios às escolas contempladas com essa política formativa, especialmente aos professores que atuam na função de bolsistas/supervisores do programa. Um dos ganhos substanciais para esse profissional é poder atuar com um estímulo à pesquisa, à reflexão sobre a sua prática, e aprofundamento da própria formação profissional. De acordo com Day, (2001, p.16), os professores devem ter "oportunidade para participar numa variedade de atividades formais e informais indutoras de processos de revisão, renovação e aperfeiçoamento do seu pensamento e ação e, sobretudo, do seu compromisso profissional".

O PIBID proporciona aos estudantes de licenciatura entrarem em contato com a realidade do espaço escolar, fato esse que possibilita e reforça as interações entre colegas, estudantes e demais profissionais de educação, experienciando o compartilhamento de vivências e aprendizados, desempenhando atividades interdisciplinares e colaborativas que relacionem a teoria e a prática. Essas atividades propiciam aprendizagem da docência, como

ISSN: 2358-8829

por exemplo: sondagem e diagnóstico da estrutura e do currículo escolar, participação em reuniões pedagógicas, mostras e saraus pedagógicos, culturais e científicas, planejamentos, dentre outros.

Uma outra potencialidade do PIBID é a prática de ações educativas a partir de projetos de pesquisa. O programa suscita a reflexão sobre temáticas consideradas emergentes para o cotidiano escolar, e vislumbra posturas críticas, investigativas e reflexivas. Como aponta Nóvoa (2013), a formação de professores deve estar apoiada em investigação que focalize a ação docente e o trabalho escolar.

Assim, consideramos por demais fecunda para os saberes docentes as práticas vivenciadas nessa dualidade de espaços e seus diálogos, a universidade e as escolas de educação básica, contribuindo ainda para escrita e divulgação de textos científicos, aprimoramento das metodologias de ensino e consequentemente, vislumbrando avanços no tocante a uma educação pública que preze a diversidade e qualidade do ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos estudos e reflexões para realização desse trabalho foi possível compreender que o PIBID exerce um papel de grande relevância na formação inicial e continuada de professores de Sociologia, vindo a contribuir de forma bastante positiva para o fortalecimento do ensino dessa disciplina na educação básica.

A inserção dos licenciandos no ambiente escolar, sob a supervisão dos professores das escolas de educação básica propicia a articulação entre teoria e prática, estimulando uma postura crítica, reflexiva e propositiva diante dos desafios do dia a dia no contexto da sala de aula.

As experiências que o PIBID proporciona favorecem a criação e aprimoramento de competências pedagógicas e didáticas, além de contribuir na consolidação da identidade docente dos participantes. Em contrapartida, as escolas participantes são beneficiadas com a renovação de práticas pedagógicas e o incentivo à valorização da Sociologia como campo de saber relevante para a formação cidadã dos estudantes.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o PIBID representa um instrumento pedagógico fundamental para a qualificação do ensino de Sociologia e para o fortalecimento da formação de docentes comprometidos com uma educação pública pautada na criticidade, reflexividade e transformação.

Vislumbrando uma perspectiva futura, ressalta-se a importância no sentido de ampliar políticas de incentivo à iniciação à docência e de fortalecer parcerias entre universidades e escolas, garantindo condições para a continuidade e o aprimoramento dessas ações formativas.

REFERÊNCIAS

ALFERES, M. A.; MAINARDES, J. **A formação continuada de professores no Brasil.** Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.

BRASIL. MEC. **Referenciais para formação de Professores**. Brasília: SEF/MEC, 1999.

BRASIL. **Lei 13.415.** Diário Oficial da União, 17.2.2017, Seção 1, p.1.

_____. **Orientações curriculares para o ensino médio: Ciências Humanas e suas tecnologias**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão preliminar. Brasília: MEC, 2017. Disponível em http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/37551. Acesso em: 30 jul. 2022.

CUNHA, M. I. **O bom professor e sua prática.** Campinas: Papirus, 1989.

DAY, C. ***Desenvolvimento profissional de professores:*** **os desafios da aprendizagem permanente.** Porto: Porto Editora, 2001. 351p.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Inovação, mudança e cultura docente**. Brasília: Liber Livro, 2006.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NÓVOA, A. **Nada substitui um bom professor: propostas para uma revolução no campo da formação de professores**. In: GATTI, B. A. *et al* Por uma política nacional de formação de professores. São Paulo: Unesp, 2013, p. 199-210.

OLIVEIRA, A; BARBOSA, V.S.L. **Formação de professores em ciências sociais: Desafios e possibilidades a partir do Estágio e do PIBID**. Revista Eletrônica Inter-Legere (ISSN 1982-1662) Número 13, julho a dezembro de 2013.Disponível em http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/13/pdf/es06.pdf. Acesso 20/04/2025.

UFCG. **Licenciatura em Ciências Sociais**. Disponível em:<**https://www.cdsa.ufcg.edu.br/index.php/licenciatura-em-ciencias-sociais#:~:text=O%20Curso%20de%20Licenciatura%20em,%2C%20ao%20mesmo%20tempo%2C%20habilit%C3%A1%2D**>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VARGAS, Francisco E. Beckenkamp. **O ensino da sociologia: dilemas de uma disciplina em busca de reconhecimento.** Disponível https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2011/10/ARTIGO-O-Ensino-da-Sociologia.pdf. Acessado em: 17/03/2025.